

GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNOS LOCAIS E INSERÇÃO INTERNACIONAL: O REPENSAR DE ESCALAS GEOGRÁFICAS

Márcia da SILVA

Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste
(UNICENTRO), Guarapuava/PR - Brasil

msilva@unicentro.br / smarcias@superig.com.br

Resumo:

A conjunção de dois eixos temáticos justifica a divulgação de alguns resultados apresentados neste texto. O primeiro deles é o de identificar as iniciativas desenvolvidas e a atuação dos governos locais do Centro-Sul do estado do Paraná para inserção nas relações internacionais, através da cooperação em políticas públicas estratégicas que promovam investimento e crescimento econômico associado às políticas de melhorias sociais. O segundo é o de investigar e avaliar até que ponto os governos locais detêm, criam estratégias e utilizam as oportunidades de atuação e expansão de seus limites e possibilidades, no plano internacional, por meio de demandas nos processos de integração regional (a exemplo das Associações de Municípios e os Consórcios Intermunicipais). O problema de pesquisa busca avaliar, assim, o “grau” de inserção internacional e se a mesma tem se constituído em potencial agente de desenvolvimento sócio-econômico regional, o que também contribui para o desenvolvimento do país em seu conjunto. A metodologia tem por fundamento entrevistas com gestores de projetos, bem como pesquisa em jornais e coleta de dados secundários a partir de 1988.

Palavras-Chave: Geografia Política; Governos locais; Inserção internacional.

Introdução

A proposta de estudos apresentada sob o título “Gestão estratégica de governos locais e o repensar de escalas geográficas” fundamenta-se em experiências acumuladas a partir de pesquisas desenvolvidas desde 2002¹ sobre as temáticas poder local, grupos de poder político-econômicos, redes de poder, território e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná. Esses estudos consubstanciaram-se em importante elemento de formação acadêmico-científica,

¹ No período de 2006 a 2008 essas pesquisas foram financiadas pela Fundação Araucária.

bem como de formação de recursos humanos (orientações em iniciação científica e dissertações de mestrado).

O embasamento teórico-empírico e reflexões daí decorrentes foram disseminados em livro e capítulos de livros, artigos em revistas e em eventos nacionais e internacionais (ressaltando-se a contribuição advinda desses momentos de troca de experiências). Com isso, temos percebido a necessidade de uma maior abrangência analítica dos estudos (articulação de escalas) e do recorte territorial, o que se pretende com o desenvolvimento e as primeiras conclusões da temática aqui apresentada.

O objetivo que se persegue, então, está na conjunção de dois eixos norteadores, quais sejam: a) o de identificar e analisar as iniciativas desenvolvidas e a atuação dos governos locais do Centro-Sul² do Paraná para maior inserção nas relações internacionais (*a priori* o recorte empírico será os países do MERCOSUL³), através da cooperação em políticas públicas estratégicas que promovam investimento e crescimento econômico associado às políticas de melhorias sociais e; b) investigar e avaliar até que ponto os governos locais detêm, criam estratégias e utilizam as oportunidades de atuação e expansão de seus limites e possibilidades, no plano internacional, por meio de demandas nos processos de integração regional (a exemplo das Associações de Municípios e os Consórcios Intermunicipais).

O problema apresentado e o objeto de pesquisa, assim, partem da premissa de que importante é identificar se a inserção internacional e os resultados da mesma têm se constituído em potenciais agentes de desenvolvimento sócio-econômico regional. A metodologia para a efetivação dos objetivos terá por suporte, em especial, entrevistas (para análise do discurso e, por isso, os investimentos em recursos financeiros em passagens e diárias), mas também averiguação de jornais e coleta e análise de dados secundários em documentos de diversas instituições. Para tanto os estudos focalizarão o recorte temporal das duas últimas gestões municipais (2001 a 2008).

Almeja-se, como resultados da pesquisa, produzir respostas que possam contribuir com os aspectos científicos, sociais e econômicos da/sobre a área/tema de estudos, o que se traduz, efetivamente, na divulgação dos resultados da

² A mesorregião do Centro-Sul é uma das dez mesorregiões do Estado do Paraná e é formada por 29 municípios agrupados em três microrregiões: Guarapuava, Palmas e Pitanga.

pesquisa e formação de pesquisadores, bem como melhorias sociais possibilitadas pela distribuição mais equânime de renda e, conseqüentemente, amenização das grandes desigualdades sócio-econômicas regionais, o que deverá contribuir para o desenvolvimento do país em seu conjunto.

Gestão pública dos governos locais no Brasil

Este texto apresenta como problemática o fato de que a gestão pública estratégica dos governos locais no Brasil e, mais amplamente, em alguns países da América Latina, subordina-se às definições dos governos nacionais. Reconhece-se, entretanto, que a promulgação da Constituição de 1988 possibilitou que os governos locais se revestissem de autonomia em diversos setores, apesar de também comprometerem-se com a responsabilidade em geri-la, principalmente as finanças públicas, voltadas para responsabilidade na gestão fiscal.

De acordo com Barreto (2004), muitos governos locais, com isso, estão tomando iniciativas próprias visando ampliar sua participação nas relações internacionais estimulados pelas oportunidades decorrentes de alguns elementos do processo de globalização e, no caso do Paraná, especialmente por aqueles advindos da proximidade geográfica (mas não somente ela) com Argentina, Uruguai e Paraguai e, conseqüentemente, o Mercosul. São novas perspectivas que fortaleceram a discussão sobre a efetividade de ações internacionais descentralizadas por governos locais, oferecendo visões contemporâneas da gestão do território.

Torna-se importante esclarecer o fato de que as causas das estratégias de inserção internacional dos governos locais não têm origem ideológica como o do Estado nacional, que possui como fundamento relações e ações internacionais (KEATING, 1998, 2000). Governos locais buscam relacionar-se com parceiros nos processos de integração regional ou internacional por demandas, sobretudo, de necessidades práticas, o que se configura em ações políticas de governos, das elites, dos grupos de interesses dentre outros. O problema aqui apresentado, assim, parte da premissa de que além da inserção internacional favorável a esses grupos,

³ Limitando-se à Argentina, ao Paraguai e ao Uruguai.

importante é identificar se a mesma têm se constituído em potencial agente de desenvolvimento sócio-econômico regional, além dos já existentes financiamentos nos nível federal e estadual.

A compreensão das normas administrativas sobre o território passa necessariamente pela intencionalidade com que se realizam os mecanismos de organização e do desenvolvimento urbano. No que se refere as estratégias da gestão urbana, as diretrizes estão amparadas em aspectos institucionais, financeiros e técnicos dos governos federal e estadual, visando o fortalecimento do desenvolvimento urbano e da maior eficiência para os serviços prestados.

Todavia, a introdução de uma clara qualificação de quais grupos e interesses privados estão sendo contemplados, para além de elucidar a natureza das parcerias propostas, remete também a institucionalização de diferentes tipos de cidadãos e diferentes tipos de intervenção no processo de elaboração e execução de estratégias (VAINER, 2000).

Reportando-nos a Tussie e Paglieri (2004), estes demonstram que é possível o entrelaçamento entre a capacidade de firmar políticas locais de desenvolvimento, a ação coordenada em nível nacional e a intervenção em escalas geográficas cada vez mais interdependentes. Este fato, no entanto, não é estrutural, pois depende das relações políticas, das tendências de governos e das forças partidárias e sociais que tornam, por outro lado, cada realidade ímpar. Assim, a conjunção da flexibilidade com as singularidades locais pode estimular novas posturas na busca de alternativas de desenvolvimento, facilitando a instauração de projetos, buscando atrair investimentos e utilizando capacidades já existentes.

Neste ínterim, Duchacek (1990) menciona a relevância que a escala local tem adquirido no que se refere à presença internacional, indicando que esta pode ser compreendida como novo agente social, ainda que não tenha autonomia direta para assinar acordos, atributo este específico do Estado nacional. Para Barreto (2001, p. 78) "assim, foi-se caracterizando a interface global-local: embora a competição ocorra nos mercados globais, as capacidades competitivas foram sendo construídas nos níveis locais".

No Brasil, de acentuadas desigualdades sociais, importante se faz buscar crescimento econômico acompanhado de melhorias sociais, visando o redirecionamento de recursos. Exemplo está nos incentivos ofertados pelo Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para microrregiões carentes⁴, bem como ações de agências multilaterais como BIRD e *Habitat* das Nações Unidas e dos recentes investimentos do PAC. O programa do BNDES “desenha” um novo mapa do Brasil, levando em conta não apenas as áreas carentes das regiões Norte e Nordeste, mas também áreas carentes das regiões Sul e Sudeste, dentre estas as microrregiões do Centro-Sul do Estado do Paraná. Compreende-se, com isso, que a participação em políticas internacionais de desenvolvimento deve ser estimulada também em função dessas características locais.

Tendo esses como fundamento, o recorte analítico-territorial delimitado para esse estudo é o Estado do Paraná e, mais especificamente, municípios do Centro-Sul, região que concentra sete dos dez municípios mais pobres do mesmo. Sem nos apoiar no “discurso da pobreza”, posto entendermos que ele pode ser utilizado de diversas formas, o que nos preocupa é a grande desigualdade social daí decorrente, o que deve implicar em estratégias governamentais efetivas para superá-la, fazendo parte delas a inserção internacional via acordos de cooperação e de trocas de experiências.

Para o desvendar da problemática acima exposta, nos fundamentamos em estudos realizados desde 2002 e financiados pela Fundação Araucária, que resultaram na publicação do livro “Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná” (SILVA, 2007)⁵ e que demonstram, dentre outros, que o poder local⁶ não deve limitar-se a fronteiras político-administrativas de um município, embora, muitas vezes, pela existência dos poderes

⁴ “Programa de Investimentos Coletivos Produtivos”, sendo o Brasil dividido em regiões a partir de critérios de renda Média Superior Dinâmica, Média Superior Estagnada, Média Inferior Dinâmica, Média Inferior Estagnada, Baixa Dinâmica e Baixa Estagnada. Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>.

⁵ Publicação financiada pela Fundação Araucária e editada pela UNICENTRO em 2007.

⁶ A Sociologia e a Ciência Política desenvolveram três linhas explicativas principais das dinâmicas políticas e das políticas locais: a teoria das elites, o pluralismo e o marxismo. Cronologicamente, a teoria das elites (investigada a partir dos métodos posicional ou reputacional) foi a primeira a se destacar, com o estudo de Floyd Hunter (1953) sobre o governo urbano na cidade de Atlanta (EUA). Em contraposição a ela se desenvolveu, ao longo dos anos 1950, a perspectiva pluralista (investigada a partir do método decisional), com Robert Dahl (teoria publicada em 1961). A teoria marxista se constitui na terceira vertente, compreendendo a sociedade não como elites e massa, passivas entre si, com a existência de conflitos apenas no interior das elites, mas como conjunto de relações entre grupos/indivíduos dominantes e dominados, ou seja, a partir de duas classes antagônicas que conduzem, por meio de contradições, o cerne do movimento histórico. Essas teorias, assim, enfocaram fenômenos particulares e atores específicos, por isso representam visões difíceis de conciliarem em termos teóricos.

constituídos e legitimados, sua efetividade encontre, nele, maior aporte.

Nesse sentido, para Davidovich (1993), a viabilidade da escala local de poder está, mesmo numa economia capitalista e ainda que articulada a outras instâncias escalares de dominação, no suporte de substratos sociais locais como as elites (como na teoria das elites de Gaetano Mosca, 1896; Floyd Hunter, 1953 e Wright Mills, 1962), os grupos econômicos, políticos e as instituições.

Analisar, então, as relações de poder, entendendo o mesmo como um campo de investigação com imensas diversidades teórico-metodológicas, é uma tarefa complexa, independente de sua escala, mesmo considerando “relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas – a chamada análise do local” (FISCHER, 1992, p. 106). Assim, para a compreensão do local e das relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo apenas ao poder político, mas no conjunto da lógica na realidade concreta como estratégia que amplia as diferenças territoriais.

É preciso expressá-lo como poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente. Para Fischer (1992) a noção de ‘local’ contém duas idéias complementares num sentido e antagônica em outro. Se o ‘local’ refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. Nas palavras de Fischer (1992, p. 106):

E, assim, invariavelmente a análise do ‘local’ remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este, como, aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas.

Concorda-se, ainda, com a autora que o poder local alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto. Assim “como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (FISCHER, 1992, p. 106-107).

Tomando-se como referência abordagens como essa, a problemática principal da pesquisa é a de buscar compreender as relações de poder que permitem ou dificultam os governos locais de criar condições, bem como participarem de iniciativas de inserção no plano internacional e, com isso, dos processos de integração regional para potencializar propostas de desenvolvimento.

A problemática, então, procura articular processos político-econômicos e de desenvolvimento pelos quais tem passado a região Centro-Sul do Estado do Paraná na última década. Processos que têm trajetórias produzidas em escalas as mais diversas, e que encontraram nesta região um tempo e espaço de encontro e coexistência. Assim, ainda que o recorte territorial de pesquisa esteja circunscrito a esta porção do território paranaense, o entendimento dos processos que lhe são constituintes passa pela sua contextualização num mundo mais amplo de relações.

É consenso qualificar o mundo contemporâneo como o mundo da globalização. O termo tem sido empregado, freqüentemente, para referir-se à nova fase do capitalismo “na qual sua vocação [...] por mundializar as relações econômicas, culturais e políticas se apresenta em forma exacerbada, tanto na extensão como na velocidade” (ARROYO, 1998, p. 17).

Os territórios nacionais tornam-se “espaços nacionais da economia internacional” (ARROYO, 1998, p. 17), numa espécie de “transnacionalização” (SANTOS, 1994, p. 15), em que o “uso do território” foge ao controle da sociedade civil e vai servir aos interesses transnacionais: os “agentes hegemônicos” da globalização. Nesse processo, parcelas do espaço se mundializam, pois os eventos e as “formas-conteúdo” que as constituem estão articuladas a esse novo funcionamento do mundo e acabam por dotá-las de novos valores relacionais.

Diante desse quadro, os estudos regionais ganham nova importância, pois passam a ter “a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do globo” (SANTOS, 1988, p.

47). Nesse quadro teórico, globalização não é sinônimo de homogeneização, pois ao mesmo tempo em que articula espaços a redes extralocais, separa-os de seu contexto imediato. Globalização está, portanto, em relação dialética com a fragmentação.

É nesse sentido que o local, em Santos (1988), aparece como contraponto ao mundo da globalização e ambos formam um par dialético pelo qual é possível compreender o movimento histórico-geográfico contemporâneo. Por isso, Santos (1988, p. 46-47) afirma que “as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização” e “quanto mais se mundializam mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”.

Por isso, nesse mesmo texto, o autor chama a atenção para o cuidado com a generalização em demasia, pois apesar dela, hoje, ser não apenas uma possibilidade, mas também uma necessidade, “as combinações locais são muito diversas” (SANTOS, 1988, p. 106). É assim que “a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central”, o que leva alguns geógrafos a falar de uma “redescoberta do local”⁷ (SANTOS, 2002, p. 315). O desafio é, revisitando o local, encontrar seus novos significados.

Questiona-se, portanto, como a cooperação entre as diversas escalas geográficas e de poder pode incentivar e favorecer a amenização/solução de problemas e necessidades de municípios como aqueles do Centro-Sul paranaense. Quais as instituições envolvidas nessa relação e como elas podem ou devem atuar? O debate sobre o federalismo, com os “novos papéis” dos governos locais é estratégico para uma revisão do modelo brasileiro frente à nova realidade internacional e a participação mais efetiva desses governos? De que maneira os objetivos da política urbana instauram relações com os grupos do desenvolvimento territorial? Como tem se dado, efetivamente, essa participação no recorte analítico-territorial de estudos?

⁷ É preciso relevar aqui as “semelhanças/contradições” entre local e lugar que aparece no próprio texto do autor.

Procedimentos teórico-metodológicos

A metodologia tem se fundamentado em três principais etapas: 1. Coleta e análise de dados e informações em instituições nacionais e internacionais de países com os quais os governos locais mantêm processos de inserção e cooperação e seus órgãos de representação no Brasil (embaixadas, empresas), bem como prefeituras dos municípios da mesorregião Centro-Sul do Paraná, dentre outros; 2. Análise exploratória de dados secundários (por dimensão) que traduzem a realidade dos municípios do Centro-Sul do Paraná nas Secretarias Estaduais como: Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM), Secretária Especial para Assuntos Estratégicos, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), Secretária Especial de Representação do Paraná em Brasília, Secretária Especial para a Coordenação de Projetos Sociais, bem como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), as Associações Comerciais e o Ministérios como o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), dentre outras; 3. Pesquisa em jornais e entrevistas: a) Jornais de circulação local/regional, nacional e internacional no sentido de coletar informações sobre os convênios e as parcerias firmadas pelos governos locais para inserção internacional. Quanto aos estudos que se utilizam deste procedimento metodológico, no entanto, temos que nos atentar para ao que os jornais reproduzem, a quem protegem e a quem aniquilam. Nesse sentido, entendemos os jornais enquanto veículos de divulgação e peças importantes no jogo do poder, já que proporcionam aspirações, comportamentos e valores diversos, bem como levam a referências de grupos sociais pelas imagens e idéias que divulgam e pelos discursos que reproduzem, “pois suas matérias podem exaltar alguns indivíduos, como rechaçar outros” (SILVA, 2002, p. 64).

Além desse elemento, a investigação em jornais deve propiciar uma abordagem interdisciplinar histórica e geográfica, demonstrada a partir do momento em que os mesmos apontam a perspectiva através da qual o próprio campo de prática social passa a emprestar a voz que consubstancia o conhecimento produzido. Como o jornal apresenta certo grau de autonomia que o faz sujeito histórico, revela, através do discurso que formula, uma rica trama social. É desta

trama que se pretende buscar elementos que contribuam para a identificação de aspectos não citados em outras fontes ou apresentados de forma diferenciada, cabendo análise rigorosa do pesquisador.

Mesmo sem tratar a postura político-ideológica dos jornais, a escolha pela pesquisa também a partir dos mesmos se justifica por serem, eles, meios de expressão da sociedade (apesar do acesso ainda restrito a grande parte dela), revelando, em sua materialidade, a voz daqueles que, de alguma forma, podem exteriorizar seus pensamentos, como um caminho para entender a história vivida; b) Entrevistas com governos locais, não somente o executivo, mas também pessoas diretamente envolvidas nos processos que permitem e que buscam a inserção internacional dos municípios, bem como nas instituições e empresas participantes de cooperação pública e privada nesses países.

Além dessas duas faces sem as quais os processos não ocorreriam (e a pesquisa não se realizaria), entrevistaremos os responsáveis pelos órgãos de representação destes países, alocados no Brasil (como as embaixadas) ou diretamente no exterior (limitados a três intervenções em países diferentes ou no mesmo país, dependendo da intensidade/quantidade de cooperação), dentre outros considerados importantes no decorrer da pesquisa.

Em relação ao significado das entrevistas como procedimento ou técnica, vale destacar que elas vêm sendo utilizadas densamente em diferentes áreas da ciência e de maneira inovadora, como afirmam Thompson (1992), Janotti (1993) e Hall (1992), consubstanciando-se na principal técnica de estudos da história oral. O próprio Hall (1992), no entanto, alerta para alguns elementos que precisam ser considerados ao utilizar-se como referência à experiência social de pessoas, de grupos e de instituições. Aqui nos pautaremos em formas mais específicas da história oral, como a que se restringe a averiguação de um tema ou parte da experiência de vida do entrevistado, ou seja, a história oral temática (MEIHY, 1994 e 1996).

Apesar de abertas as entrevistas serão organizadas por um rol de questões que procurem traçar as características dos governos locais e dos grupos político-econômicos do município, bem como das instituições e empresas participantes dos processos de cooperação pública e privada dos países envolvidos e suas inter-relações (formação, conflitos, alianças, dissidências etc.) e contribuições para o

desenvolvimento local-regional.

Assim é possível ampliar a possibilidade de registrar o fato e desconstruí-lo no seu próprio tempo, descobrindo situações novas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de se chegar ao que era inatingível, pelo menos pelas outras formas de olhar (como os jornais, os documentos e outras).

Tanto as entrevistas como as análises de jornais, entende-se, remetem a outro elemento analítico fundamental, especialmente nos estudos como os aqui apresentados, qual seja, o discurso. Este se faz presente, de forma perspicaz, nos objetos de divulgação social, se manifestando através de diferentes formas de poder, e se transformando, convenientemente, através do tempo. As entrevistas e a análise de jornais, assim, serão importantes no sentido de desvendar o que expressam (ou ocultam) os discursos, dependentes, na forma e no conteúdo, das relações de poder político-econômico acumuladas.

De acordo com Silva (2000), se é o discurso que assegura ao poder legitimidade, ao trabalhar com um conjunto desses discursos, faz-se necessário pensá-lo além inscrito, ouvido, sentido. Como os discursos apreendem a realidade, possibilitando o “refazer” de momentos passados, assume-se que exercem papel fundamental nas práticas sociais. Importa, então, saber como vão produzindo efeitos de poder e controle, fazendo com que as idéias e ações sejam pensadas e ocorram de um jeito e não de outro. E são elas que buscaremos desvendar com a realização dessa pesquisa.

Para a caracterização do conjunto de municípios do Centro-Sul paranaense e para a verificação das tendências do desenvolvimento serão consideradas as seguintes dimensões em cada município: sócio-demográfica: dados populacionais, educação, saúde, saneamento, indicadores sociais, urbanização; sociopolítico: elementos centrais da estratégia econômica/sócio-territorial para o desenvolvimento do município e a situação no contexto regional; político-institucional: programas municipais, investimentos, orçamento, legislação e diretrizes do Plano Diretor, oferta de serviços públicos, gestão compartilhada das políticas públicas; Econômico-tecnológica: inovações, padrão existente, tendências, base produtiva, bens e serviços, infra-estrutura.

Considerações preliminares

A partir dos objetivos e da metodologia propostos buscamos estudar e analisar as iniciativas desenvolvidas e a atuação dos governos locais do Centro-Sul do Paraná e sua inserção nas relações internacionais têm levado a políticas públicas incentivadoras e promotoras de investimentos e de crescimento econômico e melhorias sociais. Destaca-se, no entanto, a necessidade de revelar quais são, como são, onde ocorrem e o quanto contribuíram (ou não) para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Neste sentido, evidencia-se até que ponto os governos locais criam e detêm estratégias e utilizam as oportunidades de atuação e expansão de seus limites e possibilidades, no plano internacional, por meio de demandas nos processos de integração regional, traçando um quadro de referência do que efetivamente realizou-se nos dois últimos mandatos municipais do executivo. Demonstrar, ainda, como ocorre a participação de Associações de Municípios e os Consórcios Intermunicipais.

A relação teoria e prática, através de análises verticalizadas e paralelas da interdependência dos “grupos de poder político” e dos “grupos de poder econômico” e a capacidade dos mesmos em atrair políticas públicas e investimentos internacionais que visem o desenvolvimento do Centro-Sul do Paraná e as perspectivas de estudos da abordagem da escala local *versus* escala global tomando como referência as relações do Estado nacional brasileiro e a inserção internacional dos governos locais, bem como das abordagens contemporâneas da gestão do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Monica. A força do empresariado no Brasil e na Argentina. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n.44, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (BNDES). **Programa de Investimentos Coletivos Produtivos**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 02 de abr. de 2009.

BARRETO, Maria Inês. **Gestão estratégica do poder Executivo do estado de São Paulo frente ao processo de integração regional do Mercosul**, 2001. (Tese de doutorado, São Paulo, EAESP-FGV).

BARRETO, Maria Inês. Inserção internacional de governos: a formação da rede de cidades como atores emergentes no sistema internacional... In: **Revista Teoria e Debates**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 59, ago./set., 2004.

DAHL, Robert. *Who governs? Democracy and power in American city*. New Haven: Yale/University Press, 1961.

DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 27, jan./mar.1993, p. 5-14.

DUCHACEK, Ivo D. *Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations*. Nova York: Oxford University Press, 1990.

FERNANDES, Luis. Fundamentos y desafíos de la política exterior del Gobierno Lula. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**. Barcelona: n. 65, 2004, p. 87-94. (Número Especial: Brasil y el gobierno Lula: Oportunidades y desafíos)

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 4, out./dez., 1992, p. 105-113.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

HUNTER, Floyd. *Community power structure*. Chapel Hill: University of North/Carolina Press, 1953.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **História oral: uma utopia?** São Paulo: USP, 1993.

KEATING, Michael. *The new regionalism in western Europe: territorial restructuring and political change*. Aldershit: Edward Elgar, 1998.

KEATING, Michael. **Paradiplomacy and Regional Networking**. Forum of Federations: an International Federalism, Hanover, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. **Cadernos CERU**, n. 05, 1994, p. 52-61.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di Scienza Política**. Roma: Arthur Livingston, 1ª ed.; caps. VI, X, XVII, 1896.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-20.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Joseli M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, 320p. (Tese de doutorado)

SILVA, Márcia da. **Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO/Fundação Araucária, 2007.

SILVA, Márcia da. **O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000, 189p. (Dissertação de mestrado)

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUSSIE, Diana; PAGLIERI, Beatriz. **La política comercial en un contexto de**

federalismo: *el caso de Argentina*. Buenos Aires: Cari/BID/Intal, 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, ano XV, n.2, ago-dez, 2001 - ano XVI, n.1, jan-jul 2002, pp. 13-32.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 75-119.